

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.852 - MG (2014/0171242-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : SUPERMERCADO BAHAMAS LTDA  
**ADVOGADOS** : CRISTIANNE BARRETO REIS - MG089941  
LIVIA CALIGIORNE DA SILVA E OUTRO(S) - MG119260  
**RECORRIDO** : ADENIR BRAZ PINHEIRO  
**ADVOGADO** : JÚLIO CÉSAR CERDEIRA FERREIRA E OUTRO(S) - MG122564  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : PAULA RODRIGUES DA SILVA - MG119133

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SUPERMERCADO BAHAMAS LTDA, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

*"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DANOS MORAIS - AUSÊNCIA DA GUIA ORIGINAL DE RECOLHIMENTO DO PREPARO - INTIMAÇÃO DO APELANTE - INÉRCIA - RECURSO NÃO CONHECIDO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - INOCORRÊNCIA - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - IMPOSSIBILIDADE - ART. 88 DO CDC - COMPENSAÇÃO DE CHEQUE CLONADO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO COMERCIANTE E DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - DANO MORAL - INDENIZAÇÃO DEVIDA - VALOR - EXTENSÃO DO DANO. É imprescindível a juntada do original do recolhimento das custas recursais, sob pena de não conhecimento do recurso. Se o autor afirma que o réu lhe causou danos, por agir de forma negligente e imprudente, e contra ele move sua pretensão, é este, sim, parte legítima para figurar no polo passivo da ação, sendo de mérito decisão que declarar a sua responsabilidade ou irresponsabilidade. Nos termos do art. 88 do CDC, é vedada a denúncia da lide em caso de relação de consumo. São solidariamente responsáveis pela reparação dos danos todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte da relação de consumo, contribuindo para a ocorrência do dano ao consumidor. O desgaste do consumidor na tentativa de solucionar a questão, além de a falsificação de cheque gerar insegurança quanto à possibilidade de desconto de outros títulos falsificados, acarretam danos morais. É razoável o valor dos danos morais arbitrados em R\$ 6.780,00 (seis mil, setecentos e oitenta reais), levando-se em consideração a proporcionalidade e razoabilidade, a fim de suprir o caráter punitivo-pedagógico do dano moral, não se afigurando exagerada a ponto de se constituir em fonte de*

# Superior Tribunal de Justiça

*renda, já que tem o nítido caráter compensatório.*

*Wp.: O valor da indenização deve ser o suficiente para reparar o dano causado (art. 944, caput, do Código Civil), não podendo servir de enriquecimento indevido do ofendido (Des. Gutemberg da Mota e Silva).*

*- Preliminar de ilegitimidade passiva não acolhida. Preliminar de denunciação da lide não acolhida. Primeiro recurso provido em parte. Segundo recurso não conhecido." (e-STJ, fl. 225)*

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 186, 927 e 944, do CC e 14, da Lei 8.078/90, sustentando, em síntese, que (a) não estão presentes os pressupostos autorizadores ao dever de indenizar; (b) não há falar em responsabilidade civil do fornecedor, ante a existência de culpa de terceiro; (c) houve ofensa aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade na fixação do quantum indenizatório em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

No que tange a responsabilidade solidária do recorrente pela clonagem do cheque, o Tribunal de origem, assim dispôs:

O Tribunal de origem entendeu pela responsabilidade solidária do ora recorrente pela clonagem do cheque do recorrido, consignando o seguinte:

***"No caso, é fato incontroverso que o cheque de n° 851792, de titularidade de ADENIR BRAZ, repassado ao SUPERMERCADO BAHAMAS, foi clonado, tendo o BANCO DO BRASIL procedido ao desconto do cheque original e do falsificado.***

***Caberia ao apelante, para afastar a sua responsabilidade, comprovar que houve culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, o que inocorreu no caso, pois o cheque lhe foi entregue pelo autor, cabendo a ele a guarda do título, com a obrigação de evitar a sua falsificação.***

***O consumidor não tem a obrigação de verificar em que momento***

*ocorreu a fraude, se quando o cheque estava em poder do apelante ou em outra época, importando apenas que ele entregou o cheque original ao BAHAMAS, sendo certo que a responsabilidade dos réus é solidária, conforme previsto no art. 7º, parágrafo único, do CDC:" (e-STJ, fl. 233, grifou-se)*

Ocorre que a parte recorrente - nas razões do recurso especial - não rebateu de forma específica e suficiente referida fundamentação, o que atrai, na hipótese, a incidência, por analogia das Súmulas nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUALCIVIL. SÚMULA Nº 7/STJ E NºS 283 E 284/STF. DEFICIÊNCIA NA COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.*

*1. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo, por analogia, o enunciado das Súmulas nºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.*

*2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie.*

*4. Agravo regimental não provido."*

*(AgRg no AREsp 293.137/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2014, DJe 29/10/2014)*

Por fim, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

Com efeito, somente é possível a revisão do montante da indenização nas hipóteses em que o *quantum* fixado for exorbitante ou irrisório, o que, no entanto, não ocorreu no caso em exame. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), não é exorbitante nem desproporcional aos danos sofridos pelo agravado, que, conforme mencionado pelas instâncias ordinárias, teve seu cheque clonado.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator